

CULTURA E HISTÓRIA SOCIAL: HISTORIOGRAFIA E PESQUISA*

*Déa Ribeiro Fenelon***

I

Falar de Cultura e História Social em termos amplos, para poder acentuar mais especificamente alguns de seus desdobramentos, seja em temas como o trabalho, a cidade ou a cultura popular, preocupações dominantes e constantes da Historiografia Brasileira, requer alguns cuidados e algumas ponderações antes que nos lancemos ao debate que é aqui nossa intenção, na esperança de que se possa discutir posições, dúvidas, trabalhos em andamento e assim contribuir para o avanço das perspectivas de todos nós, historiadores do momento.

Com a minha atuação nestes debates e, portanto, com longos anos de experiência docente em acompanhá-los junto aos meus colegas, alunos e orientandos, creio ser possível reconhecer e admitir que temos caminhado bastante, ainda que a polêmica, por exemplo, não tenha se instaurado entre nós como prática saudável e seja sempre encarada como ataques pessoais, desqualificadores, ou disputa de espaço e de poder, em bases competitivas.

Em primeiro lugar, será preciso esclarecer nosso reconhecimento de que a discussão da categoria cultura, pensada como campo de possibilidades aberto pela História Social, da qual pretendemos falar aqui, assim como de inúmeras outras, vem se apresentando entre nós com nuances específicas, em discussões matizadas pelas teorias em que se originam, em debates com cientistas sociais, principalmente antropólogos, sociólogos, educadores, arquitetos, etc., em grupos de estudos ou seminários de pesquisa, naturalmente marcadas pelos interesses dos pesquisadores

* Este artigo, que inicialmente foi apresentado em uma palestra no programa de Pós Graduação em História da UNESP, Assis, em maio de 1993, e posteriormente, mais desenvolvido, no Seminário "História Hoje", do programa de História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, em novembro de 1993, se constituiu, na verdade, a partir de discussões e reflexões partilhadas com os alunos do Curso de Doutorado em História da PUC-SP (turma de 1993), quando realizamos juntos um Seminário intitulado "Cultura e História Social", durante o I Semestre letivo de 1993.

** Departamento de História, PUC-SP.

em suas investigações e a partir das diferentes abordagens de seus objetos específicos de análise.

Também é preciso lembrar que, por se tratar de espaços muito restritos de discussão, os resultados ou os avanços apresentados como produto final, seja em teses, monografias, ou em artigos, ou em seminários de pesquisas e mesas ou comunicações em congressos, têm permanecido mais para inéditos que postos em cena para divulgação e avaliação. Meritório pois, os esforços que fizeram surgir, nestes últimos anos, várias revistas de História, traduzindo expectativas de que as dificuldades para divulgação sejam diminuídas.¹

Existe ainda uma tendência a considerar. O fato de alguns historiadores se colocarem no debate historiográfico, de maneira diversa aos esquemas teóricos reconhecidos e incorporados por alguns membros da academia é visto como significando uma disputa pela hegemonia das construções históricas. Daí muitos autores partem para disseminar rótulos tais como militantes ou neo-militantes, querendo com isto contestar ou desqualificar os resultados e as pesquisas pela perda do seu caráter acadêmico. Contribuiria mais para o debate se nos dispuséssemos a enfrentar as decorrências políticas das posições adotadas nos resultados da historiografia e, sobretudo, no ensino de História.

De outro lado, há os que, reclamando uma postura teórica mais definida, nunca se questionam sobre as implicações políticas das concepções que assumem e, com isto, praticam uma história abstrata e intelectualizada, a partir da qual se colocam como definidores dos caminhos mais “corretos” e das temáticas e abordagens mais “verdadeiras”, para contestar outras posições, defendendo assim um conhecimento histórico em uma só posição, ou versão, ou possibilidade. Com isto, produzem uma versão autoritária e excludente para a historiografia.

Ao contrário disto, queremos dizer, que se estamos lutando por algo, seja em nossa prática social, seja na acadêmica, é pelo reconhecimento da diversidade, da pluralidade, do direito de batalhar pela construção de projetos alternativos e, sobretudo, de considerar que a nosso ver estaremos produzindo uma história que será sempre política, porque inserida no seu tempo e comprometida com ele. Por isso, vale enfrentar qualquer debate, que leve em consideração essa possibilidade, na es-

1. Além das revistas mais antigas como a *Revista de História*, da USP; a *Revista Brasileira de História*, da ANPUH; *HISTÓRIA: Questões e Debates*, da APAH; *Estudos Históricos*, do CPDOC; *Projeto História*, da PUC-SP; *Estudos Ibero-americanos*, da PUC-RS; *Revista do Departamento de História*, da UFMG; bem como a *Revista História*, da UNESP; *Resgate*, do Centro de Memória da UNICAMP e *História & Perspectivas e Cadernos de História* (experiências e questões de ensino), ambas do Departamento de História da Universidade de Uberlândia, surgem agora outras revistas como *Textos de História*, da Pós Graduação da UNB; *Anos 90*, da Pós Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e *Pós História*, da UNESP/Assis.

perança de estarmos, de alguma maneira, com nosso trabalho ajudando a construir o futuro, na perspectiva transformadora a que sempre nos propusemos.

Essa posição, que estamos colocando aqui para discussão, leva em conta o suposto de que, em se tratando da historiografia, estamos falando de uma prática intelectual distinta do movimento da história, sem desprezar todos os problemas das relações entre teoria e história.

Há, ainda, mais algumas questões a serem assinaladas. Seja qual for a natureza do trabalho historiográfico que realizarmos envolvendo a cultura, ou as conceituações que possamos desenvolver para a cultura popular, será preciso admitir a impossibilidade de tratá-la (a cultura) no singular, pensada como capaz de abarcar em si mesma a história como totalidade, ou tomá-la como fator determinante de todo o processo, a partir de pontos de vista classificatórios. Falamos sim de culturas no plural e nunca poderemos considerá-la como campo exclusivo de uma só disciplina, seja a história, seja a antropologia ou qualquer outro ramo do conhecimento do social.

E, finalmente, dizer que, no caso brasileiro, esta discussão apenas começou, encontrando-se ainda na busca de espaços para se constituir como preocupação de cientistas sociais comprometidos com uma conjuntura de ampla utilização da cultura como domínio da investigação e muito mais da política. Como última questão, queremos destacar, para fins de debate e de diálogo: que posições teóricas e metodológicas constituem sempre opções políticas para alguns e apenas opções intelectuais para outros.

II

Não é novidade o interesse dos historiadores pela temática da cultura em geral, principalmente se pensarmos no vasto campo de investigação aberto por novas perspectivas de História Social. Este foi, certamente, um dos maiores efeitos da História Social trabalhada a partir das décadas de 60 e 80: o de ampliar o mapa do conhecimento histórico e legitimar novas áreas para investigação.

Essa ampliação fez surgir ou possibilitou a incorporação de inúmeras temáticas como o urbano, a mulher, a família, o crime, a infância, a educação e outros, todos reclamando um lugar dentro do contexto mais amplo da História Social e da temática da cultura. Em geral, os historiadores que se dedicam a essas temáticas consideram mais fácil praticar a História Social do que defini-la, provocando em seus mais acerbos críticos a insistência em acentuar seu caráter descritivo, reclamando uma maior explicitação teórica e uma localização mais precisa no debate existente sobre a produção historiográfica.

Não há como negar, foi a partir de suas concepções e perspectivas (as da História Social) que os chamados 'temas malditos', ou seja, quase todos que tratam dos excluídos sociais, sejam pobres, vagabundos, prostitutas, negros, mulheres, índios, etc., encontraram guarida nessa historiografia. Também hoje as investigações sobre grupos jovens, sua música e suas práticas, a música popular, as festas comunitárias, a cultura popular enfim, constituem objetos legitimados pela História Social, e desenvolvidos com rigor metodológico, que os trazem para o campo de discussão, já instaurado sobre a cultura.

Para o ensino, a História Social ofereceu a possibilidade de substituir perspectivas exclusivamente lineares de uma história contínua e factual, proporcionando ocasião para o surgimento de propostas de estudos temáticos, nem sempre entendidos e aceitos, mas de reconhecida validade, para quantos pretendam desenvolver, em seus alunos, habilidades incontestáveis, quanto à formação do raciocínio e do pensar históricos. Isso permitiria um ensino de História que não fosse apenas uma sucessão de fatos ou "arrumações" de temas ou tópicos de programa, que considerasse a perspectiva de que "afinal há uma história tal qual aconteceu" e que precisa ser ensinada, como a única capaz de "organizar" o conhecimento histórico, nos níveis de 1º e 2º graus. Poderíamos trabalhar de outra maneira, experimentar outras propostas e a partir da História Social isso seria possível.

O debate continua e se torna mais saudável na medida em que contribui para explicitar posições e, a partir dos questionamentos apresentados, provocar maiores reflexões sobre o trabalho dos historiadores, tanto nesta área como em outras. Talvez assim, nós os historiadores, nos acostumássemos à discussão teórico/metodológica tão exígua entre nós e ao mesmo tempo tão necessária, pois só assim estaremos praticando a nossa disciplina e exercitando nossos compromissos.

Além disso, a História Social recolocou inúmeras questões no que diz respeito a uma variedade bem grande de registros documentais, facilitando investigações antes consideradas impossíveis pela inexistência de fontes, ou pelo não reconhecimento deste estatuto a materiais inexplorados.²

Sobre estas perspectivas basta acompanhar as reflexões de Carlo Ginzburg, para falar apenas de um historiador, dentre muitos, e que no caso é bastante conhecido dos brasileiros. A propósito de suas investigações em Arquivos e processos da Inquisição e seu interesse em questões de bruxaria e feitiçaria, Ginzburg está sempre salientando o caráter indireto dessas fontes e chama a atenção para a tendên-

2. Raphael SAMUAL. "What's Social History". In: *What's History Today? History Today/Macmillan*. Londres, 1988. Existe tradução espanhola na *Revista História Social*. Instituto de História Social/UNED, Valência, nº 10, 1991.

cia do investigador em conduzir o desconhecido ao conhecido e ao familiar e os riscos de assim distorcer elementos da análise. Trabalhando com processos crime recomenda:

Os caminhos do juiz e do historiador são coincidentes durante um certo tempo, mas logo divergem inevitavelmente. O que tenta reduzir o historiador a juiz simplifica e empobrece o conhecimento historiográfico, mas o que tenta reduzir o juiz a historiador contamina irremediavelmente o exercício da justiça... isto supõe passar do plano da mera possibilidade ao da asserção do fato, do condicional ao indicativo. É um desvario lógico paradoxalmente baseado em um abuso da chamada "prova lógica" (que mais justamente poderia chamar-se "prova contextual"). Mas a diferença dos desvarios dos historiadores, os dos juizes têm conseqüências imediatas e mais graves. Podem levar à condenação do individuo inocente.³

Se levarmos em conta além de outros tipos de fontes textuais, os diferentes suportes documentais como a fotografia, o cinema, o vídeo, a pintura, as artes plásticas, o desenho, a charge, colocando em cada um deles dificuldades e soluções específicas e provocando, para os historiadores, uma infinidade de questões que quase sempre só podem ser desenvolvidas a partir do contexto da investigação, podemos acompanhar as discussões daí resultantes.

Certamente é preciso considerar que o uso de todos esses registros como "novas fontes" históricas a serem analisadas nos colocam, de imediato, a consideração de que tal como as fontes textuais, essas precisam ser desvendadas para delas extrair o não dito, as entrelinhas e aquilo que potencialmente permite olhares e leituras diversas. Por isso mesmo os trabalhos até aqui apresentados, no caso brasileiro, indicam uma corajosa exploração do tema sobre o qual ainda existem mais indagações do que propriamente orientações seguras à análise.⁴

3. Carlo GINZBURG. "O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações." In: *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa, Difel, 1989. Também na Introdução de *O Queijo e os Vermes*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987, e *El Juiz y el Historiador*. Madrid, Anaya e Mário Muchnik, 1993, (pág. 112). Sobre o assunto ver mais: *Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e História*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989 e "Morelli, Freud and Sherlock Holmes: Clues and Scientific Method." In: *History Workshop*. Issue 9, Spring, 1980, p. 5/36.
4. Importante reconhecer a trilha aberta por Miriam Moreira LEITE em seus inúmeros artigos sobre o assunto e agora seu último livro *Retratos de Família*. São Paulo, EDUSP/FAPESP, 1993. Interessante também o trabalho de Eduardo Vilela THIELEN. *Imagens da Saúde no Brasil - a fotografia na Institucionalização da Saúde Pública*, sob a orientação da profª Yara Aun Khoury, no Mestrado de História da PUC-SP, em 1992. Sobre as possibilidades do historiador trabalhar com filmes como documentos históricos, ver o artigo de Maria Antonieta ANTONACCI. "Do cinema mudo ao falado: Cenas da República de Weimar". In: *História*. Ed. UNESP, São Paulo, v. 10, págs. 41, 70, 1991.

A discussão sobre o caráter documental da fotografia vem desde a década de 30, quando fotógrafos começam a usar a referência de documento para diferenciá-la da fotografia de informação, comercial, propaganda ou outras. Para os historiadores, todas elas, em suas diferentes abordagens ou finalidades servirão como fontes a serem submetidas ao crivo das investigações do pesquisador.⁵

Já a fonte oral ou a construção de uma documentação oral, através de entrevistas e depoimentos, vêm merecendo maior atenção dos historiadores e colocam interessante polêmica entre seus adeptos, seja na discussão teórica sobre a possibilidade de uma História Oral, na existência de uma tradição oral a ser considerada ou nas técnicas de sua concretização. Nesta perspectiva o CPDOC é pioneiro no Brasil e seus trabalhos, caracteristicamente na linha da reconstrução da História Política do Brasil Contemporâneo, vêm acontecendo há algumas décadas.⁶

Em outra perspectiva, a documentação oral vem sendo utilizada para recuperar possibilidades de trabalhar com temáticas contemporâneas ou aproximar-se de grupos e movimentos sociais, onde a tônica de sua prática não é a escrita e o analfabetismo é uma constante.⁷

Nesta direção de relacionar o uso das entrevistas para trabalhos com a Memória e inspirados nas atividades da *HISTORY WORKSHOP*, o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), da Secretaria Municipal de Cultura, de São Paulo, sob nossa direção, realizou, no período de 1989/1992, com a orientação da Professora Maria Célia Paoli, interessantes experiências de registro de depoimentos para retomar

5. James GUIMOND. *American Photography and the American Dream*. The University of North Carolina Press, Chapel Hill, 1991, que faz interessante discussão sobre a abordagem cultural que a fotografia permite "para estabelecer a relação entre as idéias americanas sobre sua nação e a sua própria maneira de ilustrarem particularmente estas idéias, através da fotografia entre 1899 e 1980". Excelente também sobre o assunto é o livro de Alan TRACHTENBERG. *Reading American Photographs*. New York, The Noonday Press, 1990.
6. Michael HALL. "História Oral: os riscos da inocência". In: *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo, PMSP/SMC/DPH, 1992, onde o historiador alerta para os riscos de uma abordagem simplista da oralidade. Existem inúmeras publicações do CPDOC, principalmente de Aspásia Camargo sobre a organização do Acervo da FGV. O trabalho de Verena ALBERTI, *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1989, sistematiza as perspectivas e as técnicas de trabalho adotadas naquela instituição.
7. Exemplos interessantes e sugestivos destas práticas de registro oral surgiram no V Colóquio Internacional de História Oral, realizado em Barcelona, em 1985 e que resultou na obra organizada por Mercedes VILANOVA. *El Poder en la Sociedad. História y fuente oral*. Barcelona, 1986. A partir de 1989 VILANOVA se torna editora de uma Revista *Historia y Fuente Oral*. Universidade de Barcelona. Também com grande influência entre nós é a obra de Paul THOMPSON. *A Voz do Passado*. São Paulo, Paz e Terra, 1992. Além destes: David HENIGE. *Oral Historiography*. New York, Longman House, 1985. Muito sugestivo é o livro de Jeff KISSELOFF. *You Must Remember This. The Oral History of Manhattan from the 1890 to World War II*. New York, 1989. E o mais interessante de todos de Joel MAKOWER: *Woodstock. The Oral History*. New York, Doubleday, 1989.

aspectos do Movimento do Sindicato dos Trabalhadores do Cimento, Cal e Gesso, de Perus, dos trabalhadores aposentados do Sindicato de Trabalhadores da Fiação e Tecelagem, do Movimento de Saúde, da Zona Leste de São Paulo e de alguns Movimentos por Moradia, da Zona Sul de São Paulo. Os resultados foram importantes para a informação e estudos do processo de Tombamento da área da antiga Fábrica de Cimento de Perus, para compor exposições realizadas nas Casas Históricas da cidade, sob a responsabilidade do DPH e, sobretudo, significou a possibilidade, que era afinal o objetivo maior dos projetos, de assessorar os movimentos sociais na organização e sistematização de seus acervos e arquivos, controlados por eles mesmos para a necessária preservação de sua Memória.⁸

No trabalho com as diferentes fontes e registros evocamos então a discussão sobre a História e Linguagens, como bem nos lembra Marcos A. da Silva, pois

se revela essencial como uma via de acesso a níveis de historicidade do trabalho. Falar sobre a militarização dos corpos no lugar do trabalho, no cotidiano familiar e no lazer dos trabalhadores, por exemplo, requer uma observação sistemática a partir do contato direto com os grupos estudados - quando isto é possível - e com documentos que os envolvam e ou registrem. É o caso de fotografia, cinema, desenho, vestimentas, regras e práticas de lazer (esporte, dança, etc.) de sexualidade, relações de diferentes ambientes com o corpo, articulação de técnicas corporais com maquinárias, etc. A importância de um trabalho dessa natureza com as linguagens corporais, que necessariamente apela para outras linguagens - arquitetônica, fotográfica, da moda, da alimentação - e para as possibilidades sociais de sua realização por diversos grupos, pode ser avaliada a partir de sua contribuição para a ampliação de problemáticas de artes, técnicas e disciplinas, concretizando-as como suporte da ideologia, em estado prático.⁹

Em trabalhos recentes, Marcos Silva vem realizando, como outros historiadores, uma incursão bastante proveitosa pelo caminho das charges, do humor visual, estudando personagens como o “Zé Povo” ou o “Amigo da Onça”, que em sua análise ganham força e definem pois “o humor visual como uma das produções

8. O Curso organizado, pelo DPH, para servir de orientação aos agentes culturais, que no âmbito da SMC, trabalhavam com Memória e para participantes dos movimentos diversos, exprimindo as concepções do trabalho está registrado na *Revista do Arquivo Municipal*, nº 200 - Memória e Ação Cultural. PMSP/SMC/DPH, 1992. Também a publicação de SMC/DPH: *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*, 1992, contém interessantes discussões sobre o assunto.

9. Marcos A. da SILVA. “O Trabalho da linguagem.” In: *Sociedade e Trabalho na História - Revista Brasileira de História*. São Paulo, Ed. Marco Zero/ANPUH, v. 6. nº 11, págs. 45/61. 1986.

de linguagem, como práticas concretas da vida social que não podem ser ignoradas pelo historiador”.¹⁰

O enriquecimento temático da História Social é, muitas vezes, razão de crítica severa, por parte daqueles que vêm nesta expansão uma possibilidade forte de esmaecimento dos objetos em análise pela amplitude que os pesquisadores atribuem à sua análise, ou pela ausência de posicionamento teórico para articular esta fragmentação no que consideram ser essencial manter como objetivo do historiador, ou seja a totalidade, principalmente das estruturas e das visões globais. Assim, outros criticam a fragmentação do social, pelo recorte micro das temáticas, levando a uma conseqüente perda da perspectiva geral. A acentuação exagerada, dizem eles, de temas nem sempre considerados essenciais para a compreensão global da sociedade, pode contribuir para o aprofundamento de aspectos secundários da história, que neste caso acaba por transformar-se na história do efêmero, do particular, e muitas vezes de vivências individualizadas, perdendo pois o sentido da história.

Pode-se afirmar em resposta, que isto pode sim acontecer em virtude de reducionismos e esquematismos de pesquisadores, mas não acontece, na maioria dos estudos que guardam tal perspectiva e que sabem bem como inserir seus objetos, às vezes micro, no contexto geral da sociedade, até porque partiram de tal suposto teórico. É de se lembrar, também, que trabalhos de perspectiva global têm resvalado por completas abstrações do social. O uso da categoria cultura e seus desdobramentos temáticos não constituem pois a razão intrínseca destes problemas. Além disto, sempre é bom reiterar: nenhuma posição teórica está livre de carregar para suas análises, estes vícios dos que transformam a teoria e o método em modelo, concebendo-o como enriquecedor da análise.

Entretanto pela constante atração da História Social por temas do debate político presente, pelas tentativas de se preocupar com a vida real mais que com as abstrações, por ver a “história vista de baixo” mais que a partir dos dominantes e tratar a experiência ou as vivências mais que os eventos sensacionais, pela possibilidade de maior identificação e empatia com o passado, pela relação intimista que estabelece com os sujeitos históricos, por tudo isto, enfim, estas perspectivas se tomaram o referencial teórico a que aderiram inúmeros historiadores. Poder-se-ia mesmo dizer que para poder desempenhar seu papel potencialmente subversivo a História Social tem que ser muito mais perturbadora nas investigações, sempre carregadas de incertezas, inseguranças e fragilidades como na certa é o nosso presente e por isto mesmo um constante desafio para os que a ela se dedicam.

10. Marcos A. da SILVA. *Caricata República. Zé Povo e o Brasil*. São Paulo, Ed. Marco Zero/CNPq, 1990. e *Prazer e Poder no Amigo da Onça*. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1989.

Em se tratando da cultura popular, em particular, o interesse dos historiadores é mais recente, a participação na discussão teórica é reduzida e os trabalhos de investigação, no caso brasileiro, só começaram a surgir nas últimas décadas, sendo muitos ainda inéditos, pois se tratam de teses e dissertações de pós-graduação apresentadas e defendidas em programas que têm a Cultura como área de concentração ou em definições de Linhas de pesquisa.

Em muitos casos seria até possível traçar uma constante de desdobramentos teóricos e temáticos a partir das preocupações com as classes sociais em geral e a operária em particular, passando pelos inúmeros trabalhos, sobretudo teses e dissertações sobre o movimento operário e depois movimentos sociais urbanos. Estes desdobramentos podem ser levantados e sistematizados nos catálogos de teses das universidades e dos cursos de pós-graduação, onde constam resumos que permitem avaliar ênfases, tendências e constâncias nas direções que estamos reconhecendo. Isto pode atestar, de uma certa maneira, a relação entre estes trabalhos e a conjuntura histórica de algumas destas preocupações e destes temas, para chegar nas atuais definições de trabalho com a cultura popular.

Parecia natural que a partir dos questionamentos envolvidos na proposição destes estudos, que sem dúvida nunca ignoraram as controvérsias teóricas aí existentes, surgissem linhas diversas de interpretações. Muito importante é reconhecer que acompanharam os desdobramentos dos movimentos populares em sua constituição histórica no social, sem querer com isto estabelecer rígidos mecanismos ou correspondências estreitas.

O que procuro reforçar como linha de raciocínio é que, ao contrário do que muitos afirmam, não se trata de modismos ou simples importação de modelos, ou adesão apressada às coisas “novas”, mas se trata sim de uma correlação estreita e contínua com as nuances, tendências e rumos que tomaram os movimentos sociais no curso dos acontecimentos recentes. Isto significa dizer que esta historiografia esteve bastante relacionada às próprias tendências teóricas e às práticas sociais destes sujeitos históricos em suas várias manifestações, organizações ou redefinições políticas. Além disto, os acontecimentos políticos europeus, a quebra do socialismo, o ressurgimento de formas de lutas “nacionais”, no Leste Europeu, levantam temas aparentemente superados e deixam muitos estudiosos ainda surpresos, para não dizer desorientados com a derrocada de algumas de suas utopias.

Seria importante para estas discussões que nos preocupássemos também com as mudanças de ênfase sobre que História estamos praticando e ensinando, não apenas nas escolas de 1º e 2º graus, mas principalmente em nossos cursos de graduação. Depois de um movimento intenso de reformulação dos conteúdos esco-

lares do ensino de História, com diversas propostas curriculares em quase todos os Estados e algumas análises sobre estes momentos¹¹, creio seria de especial interesse levantar e sistematizar para discussão as direções e as tendências manifestadas no ensino de graduação. Será que conseguimos algo na direção de superar uma História de heróis, de eventos, a História oficial, enfim? Na verdade, tem-se feito pouco para perceber a natureza, o conteúdo e o significado atribuído a estas mudanças, preocupados que estamos agora com as avaliações e a produção da pós graduação.

Mas voltemos ao nosso tema. Se considerarmos a historiografia, principalmente a francesa, inglesa, italiana ou mesmo a norte-americana, poderíamos arrolar uma grande variedade de trabalhos, tanto mais ampla a lista quanto mais ampla for a concepção de cultura, a abrangência dos conceitos de popular e sobretudo a valorização das formas de registro ou de fontes para a investigação. Reafirmando o interesse brasileiro, basta ver as inúmeras traduções de livros com temáticas específicas ou coletâneas de artigos diversos que buscam resenhar e apresentar com análises pertinentes as últimas produções destas áreas.¹²

Para não me alongar nas razões da “descoberta” da cultura popular, que dominaram as décadas de 60 e 70, com seus significados políticos associados à questão do nacional e do popular, vale ressaltar o que Peter Burke já chamava à atenção em seu artigo¹³ sobre o assunto, identificando no interesse pelo povo um aspecto do movimento nativista, para reavivar culturas tradicionais em oposição à dominação estrangeira.

No caso brasileiro esta “descoberta” se deu a partir de propostas de identificação dos elementos da cultura popular nas décadas de 60 e 70 para forjar a tão sonhada cultura brasileira correspondendo aos modelos nacionais, com grandes discussões e projetos como os do CPC, da UNE; ou Armorial, do Recife; ou o Grupo Música Viva, de São Paulo; o Clube da Gravura; a discussão do Teatro de Arena e de Vianinha, que com grandes diferenças e tensões internas, em maior ou menor grau, sofreram a influência das propostas do PCB e do realismo soviético. A maioria destes projetos e destas discussões se fez entre intelectuais e artistas, fora do ambi-

11. Selva G. FONSECA. *Caminhos da História Ensinada*. Campinas, Papyrus, 1993. Também o trabalho de Cláudia S. RICCI, “Da Intenção ao Gesto. Quem é quem no ensino de História em São Paulo.” Dissertação de Mestrado, História, PUC-SP, sob a orientação da Prof. Maria Antonieta Antonacci.

12. Lynn HUNT. *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992. Peter BURKE, *A Escrita da História*. São Paulo, Ed. UNESP, 1992, e também *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989. Natalie Z. DAVIS. *Culturas do Povo*. São Paulo, Paz e Terra, 1990. Robert DARNTON. *O Massacre dos Gatos*. Rio, Graal, 1988, e mais *O Beijo de Lamourette*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990, e inúmeros outros como os de Carlo GINZBURG, já referenciados.

13. Peter BURKE. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.

ente acadêmico. A concepção de cultura era a da produção da superestrutura e, ainda que preocupada em reconhecer manifestações e aspectos da cultura popular, pagou alto preço pela adoção de esquematismos e utopias distanciadas da sociedade.

De outro lado, no meio acadêmico se tentou definir a história da cultura popular como a descrição e análise dos gostos, costumes, crenças e modalidade de diversão popular em qualquer ordem social, significando a cultura da maioria em oposição à cultura organizada, pensada e transmitida pelas elites.¹⁴

Neste momento queremos apenas registrar e insistir na chegada tardia dos historiadores brasileiros a estes debates ou a estas investigações e portanto há pouco do que se falar, principalmente considerando esta aversão pela discussão teórica que os historiadores, em sua maioria, quase sempre demonstram.

Se estivermos atentos aos campos de atuação da História Social tal como concebida nas últimas décadas, principalmente pela historiografia inglesa, e aonde, desde já nos posicionamos, há que reconhecer, de imediato, que nesta direção falamos de concepções e categorias que suscitam mais indagações do que produzem certezas e não existe mesmo a preocupação com as definições.

Ao acentuarmos a idéia de que a história social trata mais da experiência do que da ação e tem preferência pelos documentos humanos, reconhecemos os riscos de nos afastarmos da compreensão da sociedade em seu conjunto para evidenciar o nível do indivíduo, ou dos membros de grupos sociais em particular, contribuindo assim para uma maior aproximação do psicológico mais do que do social. Estes riscos existem assim como outros, em todas as proposições teóricas, mas há que continuar praticando a História Social, a partir dos supostos teórico-metodológicos discutidos, para fazer avançar suas possibilidades de cumprir os objetivos traçados. Afinal temos insistido em que a inspiração vindo da historiografia de matriz inglesa, reitera, continuamente: “quando percebemos que os conceitos dos quais participamos não são conceitos, mas problemas, e não problemas analíticos, mas movimentos históricos ainda não definidos”.¹⁵

Esta atitude teórica é bastante significativa: compreender que os supostos teóricos são indicações para a investigação e não conceitos fechados para enquadrar o real, nunca é demais repeti-lo, mesmo sabendo que a simples afirmação da idéia não nos torna imunes aos tropeços de uma prática de investigação.

A partir dessas discussões queremos enfatizar, mais uma vez e como ponto importante deste debate, a necessidade teórica de enfrentar a discussão sobre o que

14. D. SMITH. “What’s History of Popular Culture”. In: *What’s History Today?* History Today/Macmillan, 1988. (v. nota 2)

15. Raymond WILLIAMS. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1979.

fazemos, se uma História da Cultura ou uma História Cultural¹⁶, ou se, por outro lado, nos aprofundamos nos avanços da História Social, para implementar uma abordagem da cultura como categoria e campo de análise. Sem perder de vista a possível intenção de explorar as contradições do social e para definir-se na perspectiva que assumem hoje os “Estudos Culturais”, principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos vêm-se constituindo programas de estudos graduados e pós graduados com esta configuração, garantida a multidisciplinaridade de abordagens e trabalho de profissionais.

Antes dessas discussões foi comum que os historiadores utilizassem em seus trabalhos os termos “manifestações”, “aspectos” culturais, tomando emprestado categorias da antropologia, sem preocupações de reflexões mais profundas sobre seu significado. Parecia natural apontar mais uma esfera, ou um nível, ou uma instância de preocupações, ou simplesmente considerar desnecessário se explicarem, tal a certeza que tinham de estarem abordando mais uma temática possível em se tratando de investigações do social.

Para considerar no debate e abrir a discussão, salientamos que nas propostas da História da Cultura, sempre se demanda o reconhecimento de objetos específicos. Não se trata de examinar um nível, mas da investigação realizada como um todo, definindo aí seus temas de investigação. Neste caso estas abordagens se consideram articuladas na história intelectual e pela própria concepção de cultura, como a produção das coisas do espírito e das idéias, acabam por distanciar-se da correlação com a sociedade como um todo. Propõem uma maneira de ver a cultura como algo em separado, embora se vejam exatamente capazes de contribuir com seus resultados para completar outras histórias. Tal como é praticada em algumas vertentes, acaba por buscar uma especialização cada vez mais ampla chegando mesmo a reivindicar tal reconhecimento ou estatuto de disciplina autônoma. Nos trabalhos realizados com estas preocupações, entre os historiadores é reconhecida a marca de autores como Sérgio Buarque de Holanda e outros desta mesma natureza. Assim os estudos sobre os viéses históricos dos preconceitos, as questões do racismo, o trabalho com as religiões e tantas outras temáticas abordadas em geral têm permanecido na problematização destes temas em sua relação com o Estado e outras instituições realizando investigações às vezes sobre a ação, por exemplo da Igreja, da Inquisição e seus tribunais, das leis, etc.

16. Sobre o assunto há discussão mais aprofundada no texto de Francisco C. FALCÓN, *A História Cultural. Rascunhos de História*. PUC, Rio, História, 1991. Também Joseph FONTANA, *La Historia Después del Fin de la Historia*. Barcelona, Ed. Crítica, 1992, dedica um capítulo a esta discussão.

Já a História Cultural, preferida hoje pela maioria dos que se embrenham por estas temáticas, participa do debate com perspectivas diversificadas, desde aqueles que admitem tratar-se apenas de mais uma forma de trabalhar o social, igualando-se ao político ou ao econômico, até os que buscam associá-la simplesmente à produção espiritual e mental. Neste último caso trata-se quase que exclusivamente de trabalhar com a produção do pensamento ou das obras de cada período identificando-se mais com a História das Idéias ou História Intelectual, tão em voga nas décadas de 60 e 70, principalmente nos Estados Unidos.¹⁷

Seria possível incluir também nesta discussão a produção de vertente marxista que tende a enxergar na superestrutura o caminho para discutir consciência, ideologia, etc. Em se tratando da História Cultural também acontece o debate sobre o conteúdo da cultura que querem ver tratado, ou por outra, se há que incluir nesta linha de investigações a chamada cultura material, questão que envolve muitas nuances ainda não de todo enfrentadas por quantos trabalham com a temática.¹⁸

Sabemos que esta discussão não se esgota tão facilmente e tentar resolvê-la com simplificações não faz avançar muito o debate, mas sem dúvida devemos enfrentá-lo esclarecendo nossas diferenciações para não igualarmos nossas concepções fazendo tábula rasa do significado teórico de cada uma delas.

Por isto mesmo queremos afirmar que se adotarmos a premissa de, com a categoria cultura, explorar as contradições sociais, esta maneira de pensar, para orientar as investigações neste campo, nos permitiria, pelo menos superar as críticas de que afinal aqueles que se preocupam com a cultura popular somente conseguem descrever as formas culturais ou isolá-las para diferenciá-las da cultura dita erudita. E o depoimento de um historiador que lida com o tema é significativo:

E mais fácil participar, desfrutar, deplorar ou explorar a cultura popular do que defini-la... Eu mesmo raramente emprego o termo "cultura popular", embora esteja profundamente interessado em sua história e nos diversos significados que se relacionam com ela... Baseando-me em estudos específicos desenvolvi um sentido geral do que seja e do que deveria ser a cultura popular... a cultura popular deve interessar-se tanto pelo conteúdo como pelo contexto, pelo trabalho como pelo jogo, pelo lugar como pelo tempo, pela religião como pela tecnologia, pela comunicação como pela expressão, pela provisão

17. Robert DARNTON. *O Beijo de Lamourette*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990. Parte IV: "Como andam as coisas".

18. Muito elucidativa desta discussão e dos problemas colocados é o texto de Jean-Marie PEREZ. "História da cultura material". In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

como pela participação, como pela atuação, pelo visual e o musical como pelo verbal... Todos estes elementos figuram em minhas próprias notas com vistas a uma definição.¹⁹

Apresentada pois como capaz de possibilitar a investigação de um “modo de vida global” é importante aprender que não se quer pensar a cultura como elemento exterior a completar qualquer ordem social, mas ao contrário que ela é elemento importante na sua constituição e assim pode ser investigada como um “sistema de significações” de maneira ampla, de modo a permitir a inclusão de todas as práticas e assim definir-se com um “processo social constitutivo que cria diferentes e específicos modos de vida”.²⁰

III

A base de discussão sobre a teoria da cultura vem da disposição de aceitá-la como processo social que modela “modos de vida global” e não considerá-la apenas uma teoria das artes e da vida intelectual em suas relações com a sociedade. Reforçar portanto a idéia da complexidade da conceituação de cultura parece já um lugar comum. Mas acentuar as intrincadas correlações estabelecidas por quantos se atiram a esta tarefa, constitui-se em necessidade, para não simplificar os conceitos e não aparecer com soluções mágicas acreditando e compondo a categoria cultura, outra vez, como conceitos que atendem a quaisquer interesses ou a tudo explica sem referencial teórico preciso.

Apenas como indicador deste interesse em debater o tema bastaria folhear duas compilações de artigos de Conferências Internacionais realizadas na Universidade de Illinois (Urbana-Champaign) em 1983 e em 1990, organizada pelo Grupo “Unit for Criticism and a Interpretative Theory” com a presença de centenas de intelectuais de todo o mundo, salientando-se Stuart Hall, Frederic Jameson, Perry Anderson, Cary Nelson, Lawrence Grosberg, Tony Benett, etc. para falar apenas de alguns. A primeira coletânea levou o título de *Marxism and the Interpretation of Culture* (738 páginas), publicada em 1988 e a segunda, *Cultural Studies* (784 páginas), publicada em 1991, exprimindo bem dois momentos deste debate. As coletâneas reúnem os trabalhos apresentados nestes encontros por profissionais de várias áreas, discutindo à exaustão temas relacionados à cultura e o significado do debate ao longo do tempo,

19. ASA BRIGGS “What’s History of popular culture”. In: *What’s History Today? History Today*, Macmillan, 1988.

20. Nesta parte estamos nos baseando nas discussões de Raymond Williams sobre a cultura na obra já citada e além dessas: *Cultura e Sociedade. The Long Revolution*. Penguin Books, 1961. *Keywords: A vocabulary of culture and society*, 1976 e 1983.

sendo este certamente o caminho da historiografia de língua inglesa, onde começam a aparecer com certo destaque os historiadores canadenses e australianos.²¹

Mas antes de avançar neste debate retomemos o fio condutor deste artigo. Nas preocupações dos cientistas sociais para esclarecer este caminho é fato que os antropólogos e filósofos se preocuparam há mais tempo com as conceituações, os significados e a abrangência do conceito de cultura e daí se dizer que avançaram mais na direção de identificar, enumerar e classificar os “aspectos” da cultura popular. Outros na idéia de refutar os reducionismos das relações entre fatores físicos e geográficos e produção cultural para ficar apenas em algumas das contribuições, também hierarquizaram e estabeleceram padrões e medidas para modelar modos de vida. Se antes a idéia de cultura era tida como as técnicas, as artes, as ciências, a religião, os costumes e visões de mundo, no século XIX foi associada também à idéia de evolução, de tempo, para chegar finalmente à idéia de progresso.

Há que reconhecer neste desenvolvimento a ênfase dada pelos estudos sobre a cultura, de inspiração marxista, a um tipo de destaque da história material como determinante de uma esfera superestrutural entendida como campo de idéias, artes, crenças, costumes. A redução reforçou concepções idealistas, de pensar a cultura como separada da vida material e criou dificuldades para as possibilidades de trabalhar o conceito de cultura como um processo social constitutivo de um modo de vida, como nos referimos anteriormente, mas enriqueceu a polêmica chamando para o campo teórico aquilo que se configurava, pelo menos no caso inglês, como uma simples disputa entre culturalismo e a reconhecida empiria dos historiadores.

Inegável, então, que somente a partir de meados do século XX, com o surgimento da Antropologia Social e a Antropologia Política expande-se o conceito de cultura, não sem contestações e debates. No geral passa a ser entendida como produção e criação da linguagem, da religião, dos instrumentos de trabalho, das formas de lazer, da música, da dança, dos sistemas e relações sociais e de poder. Nesse caso, a cultura passa a ser também o campo no qual a sociedade inteira participa elaborando seus símbolos e signos, suas práticas e seus valores, o que ainda constitui debate importante entre os antropólogos, levantando questões conceituais na teorização sobre cultura em suas investigações.²²

21. Cary NELSON e Lawrence GROSBURG. *Marxism and the Interpretation of Culture*. University of Illinois Press, Urbana-Champaign, 1988, e L. GROSBURG, Cary NELSON e Paula TREICHER. *Cultural Studies*. New York-London, Routledge, 1992.

22. Edmund LEACH. “Cultura/Culturas”. *Enciclopédia Einaudi*, vol. 5. *Anthropos/Homem*. Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985.

Mesmo assim, trabalhando tão próximo da antropologia, aceitando a ampliação do conceito e sem fundamentação teórica mais apropriada, mais explícita para fundamentar suas investigações e interpretações, os historiadores passaram, de uma certa maneira, a lidar com o suposto de que os “aspectos culturais” podiam ser reunidos em duas modalidades: as práticas e as representações culturais.

Pensar as práticas como a cultura objetivada, conjunto de obras, realizações, instituições - inclusive usos e costumes - e as representações culturais como resultado de alguma ação seja mental, espiritual ou ideológica sobre o grupo humano até mesmo no aspecto coletivo, permitiu descrições, narrações e levantamentos.²³

Esta maneira de abordar a História Cultural, adotada e discutida por Roger Chartier, significa a seu ver uma tentativa de apresentar uma “resposta à insatisfação sentida frente à história cultural francesa dos anos 60 e 70, entendida em sua dupla vertente de história das mentalidades e de história serial, quantitativa”.

Certamente que esta é uma discussão permanente entre quantos trabalham estas afirmações em suas investigações, mesmo porque este é um caminho que pode fazer desenvolver a teoria mediante a explicitação do diálogo constante entre a confrontação com o documento e os esclarecimentos metodológicos.

E assim Chartier se define:

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos... Representação, prática, apropriação: é a partir destas três noções que este livro é construído... Por um lado é preciso pensá-la como a análise da representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço. As estruturas do mundo social não um dado objetivo, tal como não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações e os esquemas que as modelam, que constituem o objeto de uma história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificando com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como repetindo-o ou dele se desviando.²⁴

23. FALCÓN, op. cit. pág. 5/6.

24. Roger CHARTIER. *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*. Lisboa, Difel, 1990, págs. 13 e 27.

A expansão do conceito de cultura para deixar de ser apenas comprometida com a antropologia e a filosofia e aceitar seu reconhecimento no campo das atividades de toda natureza, nas instituições e nas representações abriu espaço para sociólogos, juristas, psicólogos, literatos e lingüistas e além do mais para a discussão sobre a possibilidade de culturas no plural até como resultado destas pesquisas e ainda mais destas constatações empíricas.

Admitida a pluralidade de abordagens e a presença de outros interesses no debate, foi possível a acomodação de que havia espaço também para outras formas específicas de análise e sobrava espaço para a História das Idéias, a História Intelectual, a História da Filosofia, a História da Arte e das Ciências e as diferentes formas de abordagem da cultura.

Era então necessário junto com a idéia de não exclusividade do historiador, admitir também que a cultura não está localizada fora da sociedade como um todo, como um campo das sete artes e da abstração, pensada até como refúgio derradeiro do indivíduo, ameaçado em sua liberdade e neste caso constituindo um ramo do trabalho dos cientistas sociais onde ganhava até uma certa autonomia. Havia que “acomodar” a cultura como campo de investigação passível de permitir a compreensão do social dentro destas perspectivas.

Não podemos deixar de ressaltar aqui as complicadas relações entre as perspectivas de uma História Cultural que pretende ocupar tanto quanto a História das Mentalidades o lugar da Ideologia. Estão aí os debates e os textos de Vovelle, Darnton, Mandrou, Duby e outros para nos darem conta destas perspectivas. Muitas vezes os historiadores, sem explicitar seus supostos teóricos utilizam-se destes conceitos de forma simplificada, de maneira a permitir uma leitura de ‘ideológico’ como sinônimo de cultural, o que certamente não contribui em nada para esclarecer as relações possíveis aí existentes e estão pedindo maiores estudos. Diga-se o mesmo daqueles que se utilizavam do conceito de mentalidades com a mesma superficialidade. Cria-se aí uma confusão metodológica, pois muitas vezes se cobra dos autores cuidados e precisões teóricas que não fazem parte de seu universo.

No âmbito da historiografia inglesa a tentativa de trabalhar com a idéia de cultura, como categoria abrangente, para pensar o social, está presente na primeira obra de E.P. Thompson: *William Morris - Romantic to Revolutionary*, de 1955 e mais claramente em *A Formação da Classe Operária na Inglaterra*, de 1963. Nesta direção a obra de Richard Hoggart. *The Uses of Literacy*, de 1957 e a de Raymond Williams, *The Long Revolution*, de 1961, junto com a de Thompson, constituem a base a partir da qual se assentou toda a discussão posterior e seus desdobramentos, provando a riqueza da proposta e fazendo surgir uma tradição de estudos multidis-

ciplinares que vai se configurar como “Estudos Culturais”, conforme já se discutiu anteriormente.²⁵

Considerando pois, a cultura, como capaz de abarcar “modos de vida global”, vida que, no acréscimo de Thompson, representa sempre uma luta, que é de classe e se dá também no campo dos valores e dos interesses, porque pessoas “experimentam” suas vivências, situações e relações produtivas como necessidades e interesses, mas também como antagonismos, tratam essa “experiência” em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras. Os seres humanos estão constantemente engajados em refletir sobre sua própria “experiência”, bem como a dos outros e assim cresce sua compreensão da vida social, sua cultura, enfim, ainda que não apenas dela.²⁶

25. Stuart HALL, “Cultural Studies: two paradigms”. In: Tony Bennet and others (ed.), *Culture, Ideology and Social Process*. London, The Open University Press, 1989.

26. E. P. THOMPSON, “O termo ausente: a experiência”. In: *Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1981.